

Carl Hart

Um preço muito alto

A jornada de um neurocientista
que desafia nossa visão sobre as drogas

Tradução:
Clóvis Marques

1. De onde venho

“Nosso país sempre lutou para saber como deveria lidar com as pessoas pobres e de cor. ... Tivemos uma guerra à pobreza que nunca chegou realmente a lutar contra a pobreza.”

MAXINE WATERS

O QUE CHEGOU A MIM foram os sons: meu pai gritando “Vou te matar, piranha”, minha mãe se esgoelando, o horrível barulho surdo de carne batendo em carne, com força. Eu estava jogando alguma coisa num tabuleiro – provavelmente Operation ou algo parecido – com três de minhas irmãs no quarto que compartilhava com meu irmão menor, Ray. Ele tinha três anos, era muito pequeno para jogar, mas eu estava de olho nele, para não haver problemas. O inclemente sol de Miami se punha, e dava para perceber que a briga estava ficando feia, porque meus pais tinham passado do quarto, onde tentavam manter as coisas numa esfera privada, para a sala, onde valia tudo.

Era uma noite de sexta-feira ou sábado, e eu tinha seis anos.

Logo passamos a ouvir objetos grandes jogados contra a parede, vidros quebrados, longos gritos lancinantes. Eu percebi que a noite ia ser daquelas quando minha irmã mais velha, Jackie, saiu e voltou para casa. Então com treze anos, Jackie era filha do companheiro anterior de minha mãe, nascida quando ela tinha dezoito anos, antes de meus pais se conhecerem e se casarem. Morava com Vovó, nossa avó materna, mas em suas frequentes visitas a nossa casa Jackie às vezes conseguia impedir que meus pais se digladiassem.

Mas não dessa vez. Talvez ela tivesse percebido o que estava para acontecer. A coisa foi pior do que nunca, pior até que nas vezes em que os vizinhos tinham chamado a polícia. Em 1972 – muito antes de *The Burning Bed*, com Farrah Fawcett, muito antes de O.J. Simpson e Nicole* –, os tribunais relutavam em julgar casos de violência doméstica, em parte porque não queriam encarcerar a principal fonte de renda da família, o que deixaria as mulheres e os filhos ao relento. Por conseguinte, esse tipo de violência era um comportamento tolerado, e não se limitava às famílias negras. A polícia chegava e conversava com meu pai. Às vezes mandava que ele saísse por um tempo para esfriar a cabeça, mas nunca o detinha. Os policiais encaravam aquilo como uma questão particular, algo a ser resolvido entre marido e mulher. Eu ficava aliviado quando eles acabavam com o berreiro, mas não entendia por que as brigas não paravam.

Minhas irmãs cochicharam umas com as outras por uma fração de segundo, pegaram os menores pela mão e foram nos empurrando pela sala de estar até o quintal. Patricia, então com nove anos, ficou para trás. Ela sempre tentava bancar a pacificadora, assim como a irmã maior, Jackie. Os gritos e barulhos terríveis continuavam. Beverly, de dez anos, e Joyce, de sete, tentaram me tirar dali o mais rápido possível, mas eu ainda pude ver meu pai batendo em minha mãe com um martelo. A mesa de centro de vidro, que ficava em frente ao sofá, foi estilhaçada. Cacos por toda parte. O leão de cerâmica da porta da frente, que certa vez me rendera uma bronca por tê-lo deixado cair, exibia suas garras numa ameaça vazia.

Fiquei paralisado, mas minhas irmãs me arrastaram. Martin Luther King e JFK, nas fotos penduradas na parede da sala de estar, pareciam mortos nas molduras. Enquanto corríamos, olhei para trás e vi minha mãe caindo, ensanguentada, junto à porta que dava da sala de estar para o quintal. O que se fixou na lembrança foi o horror daquele momento. Todo o resto é desconexo, como que refletido nos estilhaços de vidro.

* *The Burning Bed*: filme sobre violência doméstica, com Farrah Fawcett, feito para a TV, em 1984; O.J. Simpson: jogador de futebol americano que assassinou a mulher, Nicole, e o amigo Richard Goldman, em 1994, num caso que ocupou grande espaço na mídia. (N.T.)

– Mamãe está morta! – gritou uma das meninas. – Mamãe está morta!

– Carl matou mamãe – disse outra irmã. Na minha família, nunca chamávamos nosso pai de papai, usando apenas seu prenome, por motivos hoje perdidos na história da família.

– Carl bateu na cabeça dela com o martelo! – berrava Beverly, a terceira das irmãs em ordem cronológica.

Alguém telefonou para a emergência, provavelmente o vizinho do lado, que em outras ocasiões já tinha feito esse tipo de chamada. Chegou uma ambulância, e minha mãe foi levada para o hospital. Lá pelas tantas, o pai dela, que chamávamos de Pop, veio nos buscar e nos levou para a casa de nossa avó materna. Mas ninguém me disse o que minha mãe tinha nem fez qualquer comentário sobre o que estava acontecendo. Tampouco me ocorreu perguntar. Na nossa família, ninguém fazia esse tipo de pergunta. Só fiquei sabendo que estava viva quando ela apareceu alguns dias depois, com uma rosca negra ao redor dos olhos e um dos braços enfaixado.

Não havia crack na vida da nossa família. Essa droga só surgiria na década de 1980, e eu nasci em 1966. Tampouco havia cocaína em pó ou heroína. Mas o álcool decididamente fazia parte daquele caos. Meu pai nunca bebia durante a semana. Mas nos fins de semana se soltava, para compensar o isolamento social e cultural do trabalho como gerente de um depósito. Na época, ele era um dos dois empregados negros da empresa, e o único em cargo administrativo. O uísque com Coca-Cola era a recompensa, e as noites de sexta-feira, o momento de curtir na esquina com os amigos. As piores brigas dos meus pais ocorriam nos fins de semana. Em sua maioria, na sexta-feira ou no sábado à noite, quando ele estava bêbado, ou no domingo, quando estava de ressaca. Por conseguinte, ao contrário do que acontecia em geral com as crianças em idade escolar, meus irmãos e



Meu irmão Ray (à direita) e eu no domingo de Páscoa de 1972.

eu detestávamos os fins de semana. Minha mãe, Mary, bebia quando havia gente bebendo, mas no seu caso o álcool não era uma fuga, como para meu pai. Ela bebia socialmente, enquanto ele bebia para se drogar e desfrutar o efeito desinibidor do álcool.

No entanto, apesar da presença do álcool, eu hoje sei que ele não era a verdadeira origem dos nossos problemas. Como cientista, aprendi a desconfiar das causas atribuídas às dificuldades enfrentadas pela minha família, vivendo inicialmente numa comunidade operária e mais tarde numa comunidade pobre. Fatores simples como bebida e drogas poucas vezes contam a história toda. Na verdade, como sabemos pela experiência com o álcool, o hábito de beber, em si mesmo, não é um problema para a maioria das pessoas. Como veremos, o mesmo se aplica às drogas ilegais, inclusive as que aprendemos a temer, como o crack e a heroína.

Embora eu pudesse contar minha história sem destacar o que vim a aprender sobre essas questões, isso serviria apenas para perpetuar as interpretações equivocadas que ainda prevalecem em nossa maneira de encarar a questão. Para entender realmente de onde eu venho, é necessário compreender onde eu fui parar – e de que maneira as ideias equivocadas sobre drogas, vício e raça distorcem nossa visão de vidas como a minha e, portanto, o tratamento que tais questões merecem por parte de nossa sociedade.

Em primeiro lugar, para entender a natureza de influências como o álcool e as drogas ilegais, precisamos definir muito bem a verdadeira natureza dos problemas a eles relacionados. O fato de alguém fazer uso de drogas, ainda que regularmente, não significa que seja “viciado”. Não significa sequer que essa pessoa tenha um problema com as drogas.

Para atender à definição mais amplamente aceita de vício – a que se encontra no manual psiquiátrico *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, ou *DSM* –, a utilização que uma pessoa faz das drogas deve interferir em funções vitais importantes, como os cuidados com os filhos, o trabalho e as relações íntimas. O uso deve prosseguir, apesar das consequências negativas, de ocupar muito tempo e energia mental, e persistir, não obstante renovadas tentativas de parar ou diminuir. Também pode incluir a experiência de precisar mais da mesma droga para conseguir o

mesmo efeito (tolerância) e sofrer sintomas de crise de abstinência com a súbita suspensão do uso.

Entretanto, mais de 75% dos usuários de drogas – façam eles uso de álcool, remédios ou drogas ilegais – não enfrentam esse problema.¹ Na verdade, as pesquisas demonstram reiteradamente que essas questões afetam apenas entre 10 e 25% daqueles que experimentam até as drogas mais estigmatizadas, como heroína e crack. Neste livro, quando falo de vício, refiro-me sempre a esse tipo de uso problemático, que interfere com o desempenho das atividades da pessoa – e não apenas à ingestão de uma substância com regularidade.

Por que, então, nossa imagem do usuário de drogas ilegais é tão negativa? Por que achamos que o uso de drogas significa vício e que o principal resultado do consumo de drogas é a degradação? Por que estamos sempre prontos para culpar as drogas ilícitas por problemas sociais como criminalidade e violência doméstica?

Uma das coisas que pretendo aqui é examinar de modo crítico a visão que temos das drogas e de seus usuários; o papel que a política racial tem desempenhado nessa percepção; e de que maneira isso levou a táticas de combate às drogas que se revelaram particularmente contraproducentes nas comunidades pobres. Quero examinar a maneira como atribuímos causas aos atos das pessoas e deixamos de reconhecer a complexidade das influências que nos conduzem pelos caminhos que tomamos na vida. Busco explorar os dados de pesquisas em geral usados para apoiar argumentos sobre drogas, vício e racismo, revelando o que eles podem e não podem nos dizer sobre essas questões. Analisando como esses problemas afetaram minha própria vida, espero ajudar o leitor a entender de que maneira certas ideias equivocadas atrapalham as tentativas de melhorar a educação e as políticas relacionadas às drogas.

Mas antes de prosseguir preciso também definir com clareza outro conceito: *racismo*. A palavra tem sido tão mal-empregada e diluída que se perde de vista seu caráter pernicioso. O racismo é a crença de que diferenças sociais e culturais entre grupos são herdadas e imutáveis, tornando certos grupos inalteravelmente superiores a outros. Se tais ideias já são nocivas o

bastante na mente dos indivíduos, dano maior é causado quando influenciam o comportamento institucional, por exemplo, nas escolas, no sistema judicial e nos meios de comunicação. O racismo institucionalizado muitas vezes é mais insidioso e de difícil abordagem que o racismo de indivíduos isolados, pois não há um vilão específico para se culpar, e os líderes institucionais podem recorrer a respostas prontas ou adiar indefinidamente uma intervenção decisiva. Espero contribuir aqui para esclarecer como isso funciona – mas nem de longe quero dar a impressão de que estou enfatizando demais sua força ou exagerando quando recorro ao conceito. O que tenho em mente é exatamente o papel que a crença na inferioridade racial inata desempenha na determinação dos comportamentos de grupo.

Examinando de perto todos esses fatores, espero entender que forças me tolham em minhas primeiras experiências educacionais e o que me compelia para adiante; quais exigências precoces eram positivas e quais eram negativas; o que aconteceu por acaso e o que representou uma escolha; e o que ajuda ou prejudica as crianças que se defrontam com o mesmo tipo de caos em que eu vivia. O que me permitiu – mas não a muitos de meus parentes e amigos – escapar do desemprego crônico e da pobreza, evitando a prisão? Serei capaz de transmitir a meus filhos as ferramentas que funcionaram comigo? De que maneira as drogas e outras fontes de prazer interagem com fatores culturais e ambientais, como o racismo institucionalizado e a carência econômica?

Muito cedo se tornou claro para mim que as coisas com frequência são muito diferentes da maneira como se apresentam na superfície; que as pessoas mostram faces muito diversificadas no trabalho, na igreja, em casa e com aqueles que mais amam. Essa complexidade também é encontrada em certas interpretações dos dados de pesquisa. Para nós, cidadãos numa sociedade em que tantas pessoas com projetos diferentes tentam se acobertar sob o manto da ciência, é importante pensar de maneira crítica a respeito da informação que é apresentada como científica, pois às vezes até as pessoas mais bem-intencionadas podem se deixar enganar.

Quero explorar com você o que aprendi, em especial a importância das comprovações empíricas – vale dizer, das provas que decorrem dire-

tamente de experiências ou observações mensuráveis –, para entender questões como as drogas e o vício. É importante notar que esse tipo de prova é confiável, e que as experiências são concebidas com o objetivo de evitar equívocos e distorções decorrentes do exame de um ou dois casos que talvez não sejam típicos. O contrário da prova empírica é a informação episódica, incapaz de nos dizer se as histórias ouvidas constituem discrepâncias ou casos comuns. Muitas pessoas recorrem a histórias pessoais envolvendo experiências com drogas para tentar entender que efeitos elas têm ou deixam de ter, como se fossem casos representativos ou dados científicos. Mas não são. É fácil se confundir quando não se dispõe de ferramentas específicas de pensamento crítico, como a compreensão dos diferentes tipos de provas e argumentos. Vou compartilhar essas ferramentas ao longo deste livro.

Dito isso, o que posso afirmar como certo é que no meu bairro, muito antes da introdução do crack, diversas famílias já eram dilaceradas pelo racismo institucionalizado, a pobreza e outras forças. Em seu clássico livro *World of Our Fathers*, Irving Howe lembrou que a patologia constatada em bairros como o meu não é exclusividade de comunidades negras. Nos primeiros tempos da imigração, muitas famílias de origem judaica, chegadas da Europa Oriental, eram desestabilizadas ao enfrentar a hostilidade de outros grupos e a pobreza, que obrigavam seus integrantes a trabalhar em horários diferentes, impossibilitando-os de conviver em casa. Alguns eram obrigados a ocultar ou abandonar suas crenças religiosas e seus costumes até para conseguir empregos pouco valorizados. Não surpreende, assim, que muitas comunidades de imigrantes judeus, nos primeiros tempos, vivessem às voltas com questões como criminalidade, mulheres abandonadas pelos maridos, prostituição, delinquência juvenil etc. Quando coisas assim aconteciam no meu bairro, nas décadas de 1980 e 1990, a culpa era posta no crack. Por exemplo, embora muitas vezes se responsabilize o crack pelo tratamento negligente ou o abandono dos filhos, ou pelo fato de as avós serem obrigadas a criar uma segunda geração de crianças, todas essas coisas aconteciam na minha família muito antes de o crack chegar às ruas. Minha mãe, que nunca foi alcoólatra nem viciada em qualquer

coisa, deixou que eu e seus outros filhos fôssemos criados pelos pais dela por mais de dois anos, durante minha primeira infância. Alguns dos meus irmãos nem chegaram a ser criados por minha mãe. Minhas tias maternas também recorriam frequentemente a minha avó para longos períodos de criação dos filhos. Mas nenhum desses parentes jamais tocou em cocaína nem teve qualquer outro vício.

Embora a política de guerra à pobreza promovida por Lyndon Johnson contribuisse para diminuir o percentual de famílias negras vivendo na pobreza de 55% para 34%, entre 1959 e 1969,² esse avanço começou a ser revertido durante minha infância. Na década de 1970, o desemprego dos homens negros em meio urbano aumentou, chegando a 20% em 1980.³ O índice relativo aos negros sempre foi, pelo menos, o dobro do referente aos brancos – e constata-se nos diferentes estudos que essa proporção tende a persistir mesmo quando os negros são tão qualificados quanto os brancos ou mais.

E assim, agravando esse flagrante exemplo de racismo institucionalizado, o desemprego fomentado pela recessão industrial e os cortes nos serviços sociais durante o governo do presidente Ronald Reagan geraram comunidades vulneráveis. Os altos índices de desemprego eram relacionados ao aumento do uso de crack; mas em geral não se menciona que eles antecederam, e não sucederam, a utilização da droga. Embora o uso de crack seja responsabilizado por tantos problemas, a compreensão da verdadeira cadeia causal envolvida nesse processo tem sido profundamente equivocada.

Na verdade, boa parte do que não tem dado certo na maneira como lidamos com a questão das drogas tem a ver com o mau entendimento de causas e efeitos, responsabilizando-se as drogas pelos efeitos das políticas relativas a drogas, da pobreza, do racismo institucionalizado e de muitos outros fatores não tão óbvios. Uma das lições mais fundamentais da ciência é que uma correlação ou vínculo entre fatores não significa necessariamente que um dos fatores é causa do outro. Infelizmente, esse importante princípio raras vezes tem informado as políticas relativas às drogas. Na verdade, provas empíricas muitas vezes são ignoradas na formulação das políticas.

É isso que veremos claramente ao examinar as penalidades adotadas nos casos de crack e cocaína em pó e ao explorar a falta de correlação entre gastos com ordem pública e prisões, uso de drogas e índices de vício. O crack, por exemplo, nunca chegou a ser usado por mais de 5% dos adolescentes, grupo que apresenta maior risco de se viciar. O risco de vício é muito maior quando o uso de drogas tem início no começo da adolescência do que na idade adulta. O uso diário de crack – padrão que evidencia maior risco de vício – nunca chegou a afetar mais de 0,2% dos universitários do último ano. O aumento de 3,500% nos gastos de combate às drogas entre 1970 e 2011 não teve efeito no uso diário de maconha, heroína ou qualquer tipo de cocaína. E embora o crack fosse considerado em grande parte um problema das comunidades negras, na verdade é maior a probabilidade de uso por brancos, segundo estatísticas nacionais.⁴

Quando fui informado pela primeira vez dos índices de utilização do crack e da raça da maioria de seus usuários – entre as muitas outras falsas alegações a respeito da droga –, senti-me completamente traído. Eu me percebia vítima de uma fraude colossal, cometida não só contra mim, mas contra todo o povo americano. Para entender a minha história, não precisamos apenas compreender os resultados de uma política, mas também analisar determinadas formas pelas quais as estratégias de combate ao uso de drogas vieram a ser usadas para fins políticos.

Como explica Michelle Alexander com brilhantismo no magistral *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*, as políticas americanas de combate ao uso de drogas muitas vezes encobrem deliberadamente certos objetivos políticos. A utilização das políticas relativas às drogas para “mandar uma mensagem” a respeito da questão racial era um elemento básico da famigerada “estratégia sulista” republicana adotada por Richard Nixon. A estratégia buscava conquistar o Sul para os republicanos, explorando o medo dos brancos e o ódio aos negros na sequência da política de apoio dos democratas ao movimento pelos direitos civis. Ela transformou palavras como *crime*, *drogas* e *urbano* em códigos denotando “negros”, aos olhos de muitos brancos. Por

consequente, legitimou políticas que na superfície pareciam infensas ao preconceito de cor, mas na realidade resultavam em aumento dos casos de encarceramento de negros e na negação de seus direitos civis. Embora governos posteriores dessem prosseguimento à suposta guerra às drogas sem necessariamente compartilhar as mesmas metas, os resultados continuavam tendenciosos.

Na verdade, todos os resultados dessas políticas – o desperdício do potencial dos que estavam por trás das grades, o dilaceramento das famílias, a violência constatada no tráfico de drogas e até os altos índices de desemprego entre homens negros – logo eram atribuídos à própria natureza do crack. Eu mesmo cheguei a concordar com esse ponto de vista quando estava na faixa dos vinte anos, muito embora, como veremos, minha experiência me devesse ter levado a questioná-lo. Na verdade, esses problemas eram agravados ou criados por escolhas políticas na esfera econômica e da justiça criminal. As decisões políticas e os equívocos a respeito dos perigos das drogas devastaram minha geração, embora nós mesmos fôssemos culpados por esses resultados. Antes de me tornar cientista, eu mesmo estava nessa.

Enquanto isso, os verdadeiros problemas que haviam tornado nossas comunidades vulneráveis a muitas doenças sociais continuavam ausentes do debate público e ignorados. Eles são visíveis em histórias como a minha, mas só se você souber em que direção olhar e como pensar criteriosamente sobre o problema. Levei muitos anos para entendê-lo. Por infortúnio, muitas pessoas – sejam elas negras ou brancas – compraram a ideia de que o crack era *a* causa principal de nossos problemas, e que era possível contribuir para resolvê-los construindo novas prisões e impondo sentenças mais pesadas.

Hoje, embora o crack não seja mais uma preocupação central dos políticos ou dos meios de comunicação, $\frac{1}{3}$ dos negros de sexo masculino nascidos depois de 2000 passará pela prisão se não mudarmos drasticamente de rumo.⁵ Meu filho mais novo, Malakai, está nessa faixa etária, e eu remexo mundos e fundos para protegê-lo ao denunciar a injustiça dessa situação.

Naturalmente, as crianças não têm uma compreensão das forças mais amplas que determinam o rumo de suas vidas – e eu decerto não sabia o que estava acontecendo na passagem da década de 1970 para 1980, quando o tsunami das transformações econômicas, políticas e judiciárias começou a dilacerar a vida de todo mundo ao meu redor. Na verdade, eu estava sendo deseducado em relação a praticamente tudo que dizia respeito a drogas, criminalidade e causas dos conflitos nos bairros problemáticos, inclusive os atos de violência doméstica que logo viriam a desmontar minha família.